

MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI'S): UM ESTUDO DA LEGALIZAÇÃO DE TRABALHADORES INFORMAIS NA CIDADE DE ARARANGUÁ/SC

Iziane Laurindo de Morais¹
Natalia Martins Gonçalves²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar aspectos relevantes da legalização dos microempreendedores individuais da cidade de Araranguá no desenvolvimento de seus negócios. Direcionada por esse objetivo, a pesquisa foi do tipo exploratória e descritiva, considerando a inexistência de estudos anteriores desenvolvidos com essa população específica e que a referida lei ainda está em processo de assimilação pela sociedade. Os meios de investigação utilizados foram as pesquisas de campo e bibliográfica. Com base nos resultados da pesquisa, observou-se que o perfil dos empreendedores, na sua maioria são mulheres, na faixa etária entre 31 a 40 anos, com nível médio de escolaridade. Percebeu-se que o interesse pela legalização está relacionado aos benefícios da previdência, acesso ao crédito e a possibilidade de expansão de seus negócios. Observou-se também, que a legalização é relevante para a região do ponto de vista sócioeconômico, pela elevação da qualificação profissional e de renda, bem como, a geração de emprego. A potencialização do microempreendimento individual requer maiores investimentos na qualificação profissional e na capacidade de gestão do negócio.

Palavras-chave: Microempreendedores individuais (MEI). Araranguá/SC. Formalização de negócios. Desenvolvimento de negócios.

ABSTRACT

The aim of this study was to identify relevant aspects of the legalization of individual micro entrepreneurs Araranguá in developing their business. Driven by this goal, the research was exploratory and descriptive, considering the lack of previous studies developed with this specific population and that this law is still in the process of assimilation into society. Means of investigation used were field research and literature. Based on the survey results, it was observed that the profile of entrepreneurs, they are mostly women, aged 31-40 years with a high school degree. It was noticed that the interest for legalization is related to welfare benefits, access to credit and the possibility of expanding its business. It was also observed that legalization is relevant to the region's socio-economic point of view, by raising the professional qualifications and income, as well as job creation for the region. The potentiation of microenterprise individual requires greater investment in professional skills and management capacity of the business.

¹ Acadêmica do curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC.
izi_morais@hotmail.com

² Pesquisadora da Universidade de Tübingen, Alemanha; Professora do Curso de Administração e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania (NUPEC), na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). ngo@unes.net

Keywords: individual Microentrepreneurs (MEI). Araranguá / SC. Formalization of business. Business development.

1 INTRODUÇÃO

Muitos analistas econômicos definem a década de 80 e 90, como a “década perdida”. Nesse período uma massa de trabalhadores foi dispensada do mercado formal de trabalho. Porém, para muitos desses trabalhadores essa “década perdida”, significou a oportunidade para se tornar um empreendedor individual informal. Na década seguinte, com as mudanças socioeconômicas ocorridas no cenário nacional e internacional, o desafio pós-recessão seria a legalização dos negócios gerados por esses trabalhadores (GONÇALVES; ANACLETO; MORATO, 2012).

O aprofundamento da crise na década de 90 levou ao crescimento do trabalho informal no Brasil, isso, devido aos altos níveis de desemprego no país, a troca de mão de obra humana por máquinas, automatização dos processos de produção, informatização dos sistemas, dentre outros fatores, fazendo com que as pessoas buscassem no mercado informal uma forma de obtenção de renda. Dornelas (2005) afirma que: “o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como o SEBRAE E SOFTEX foram criadas.” Antes da criação dessas entidades, pouco se conhecia do assunto e pouco se falava em empreendedorismo.

Buscando atender a esta necessidade, tanto desses trabalhadores quanto ao governo, foi promulgada em 2008 a lei que regulamenta a figura do microempreendedor individual. O governo percebeu esse crescimento no número de trabalhadores autônomos e, como forma de incentivo e forma de legalização do negócio foi criada a Lei Complementar (LC) nº 128, de 19/12/2008, que traz condições especiais para aquele trabalhador antes não conhecido ou que era conhecido como informal passasse a ser um Empreendedor Individual legalizado. Essa lei trouxe muitos benefícios para quem tem um pequeno negócio. Entre eles, podem-se citar os de mais relevância para a legalização de um empreendimento que são: o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o enquadramento no Simples Nacional como Microempreendedor Individual (MEI), onde o mesmo fica isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL), além de ter acesso a benefícios como o auxílio maternidade, auxílio doença, entre outros. A possibilidade de registro como

MEI teve início em julho de 2009, desde essa data o crescimento do número de pessoas que se registram tem aumentado em valores consideráveis.

O MEI apresenta muitos benefícios, como acesso a direitos associados à Previdência Social, acesso facilitado a créditos e financiamentos bancários, redução da carga tributária, dentre muitos outros. Realizando-se o levantamento de alguns dados, buscando informações, a aplicação de um questionário em profundidade com microempreendedores já legalizados na cidade de Araranguá, busca-se encontrar respostas e conclusões para o objeto em estudo que são os impactos da legalização dos trabalhadores informais no desenvolvimento de seus negócios. Apresentando esse contexto, o estudo traz a seguinte questão como objetivo principal: Identificar aspectos relevantes da legalização dos trabalhadores informais no desenvolvimento de seus negócios na cidade de Araranguá, seguindo assim também, outros objetivos, como a descrição do perfil dos MEI's na cidade e a descrição de aspectos relevantes na legalização do ponto de vista dos MEI's.

2 O EMPREENDEDORISMO

Segundo Baron (2007, pag. 08), durante os anos 90, as grandes corporações dos Estados Unidos cortaram mais de 6 milhões de empregos, porém os índices de desemprego do país foram os mais baixos já registrados, isso principalmente sendo resultado de novas empresas abertas por pequenos empreendedores. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início do século XXI existiam mais de 300 milhões de trabalhadores informais no mundo, sendo que mais de 10% do total desempenhavam atividades dessa natureza no Brasil. Com base nesses dados, percebe-se que os empreendedores não entraram no mercado tão recentemente, mas desde que se houve a necessidade da busca de novas formas de obtenção de renda. Porém, somente há uma década é que os mesmos tem tido destaque, principalmente no âmbito nacional, que é o tópico que segue.

Segundo Dolabela (2003), mesmo sendo um campo que entre os estudiosos a concordância é ligeira, o consenso é difícil e a que não há certeza, a prática tem demonstrado que há muitas razões para construirmos uma sociedade empreendedora.

Ainda segundo o autor, as diferenças eminentes em nosso país, impõem que o empreendedorismo, acima de tudo, irá contribuir para o desenvolvimento local e a melhor distribuição do poder.

Nos últimos 120 anos, o Brasil, em termos relativos, foi o país que mais cresceu no mundo. O resultado é uma tragédia: desigualdade, população miserável, o abraço do cadáver de nossa experiência escravista sendo carregada pesadamente. Num certo sentido, o Brasil já deu errado. Precisamos consertá-lo. (Dolabela, 2003, p. 116)

Observando essa grande quantidade de autônomos que vivem na informalidade, cerca de 2 milhões segundo pesquisa lançada recentemente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012), e mais ainda, cientes que impedir esses cidadãos de trabalharem dessa forma é praticamente inviável e na maioria das vezes prejudicial no meio onde os mesmos estão instalados, o governo brasileiro buscou medidas para amenizar a situação da informalidade no país. Por meio de estudos e a busca de aprimorar a legislação ou programas de apoio a estes trabalhadores, nasce assim a figura do Microempreendedor Individual, que oferece a oportunidade, através de benefícios e pouca burocracia, a formalização desses trabalhadores informais, buscando a diminuição da informalidade e benefícios dos mesmos e para toda a sociedade.

De acordo com Pastore (2000, p. 10), a simplicidade tem que ser a base das novas instituições do trabalho, citando como exemplo, duas experiências realizadas no Brasil para combater a informalidade: a criação da Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “Simples” através da Lei nº. 9.317 de 05 de dezembro de 1996 e da Lei nº. 9.601 de 21 de janeiro de 1998, que trata do contrato de trabalho por prazo determinado. Segundo Pastore (2000, p. 10). Para uma melhor compreensão das dificuldades de se empreender no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou um estudo em fevereiro de 2013, que aborda alguns dados importantes sobre o assunto. O primeiro a ser destacado, é sobre o ambiente de negócios do país, que segundo o Fórum Econômico Mundial (FEM), o Brasil ocupa o 53º lugar em relação a facilidade para fazer negócios, isso em um total de 142 países. Enquanto em um relatório apresentado pelo Banco Mundial (2013), o país aparece na 130ª posição em um total de 185 países analisados.

Segundo um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2010), os custos médios para a abertura de uma empresa no Brasil era R\$ 2.038,00. O Estado de Santa Catarina aparece na 3ª posição, sendo um gasto médio de R\$ 3.249,00. Comparando-se esse valor com os dos países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o custo se torna muito superior. Justamente por esses fatores, pelo fato de o Brasil ter que melhorar muito esses aspectos para se tornar competitivo em relação a esses países que foi criado o Simples Nacional no ano de 1996, e, vendo-se ainda

a dificuldade de alcance as empresas individuais, cria-se a figura do Microempreendedor Individual.

Para um melhor entendimento, define-se empreendedorismo com base no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), “Empreender é identificar oportunidades e desenvolver meios de aproveitá-las, assumindo riscos e desafios. Firmeza e determinação. Essas são algumas características e talentos fundamentais para um bom empreendedor. É este o espírito que motiva as pessoas a abrir o seu próprio negócio e a realizar coisas novas”. Com essa caracterização de empreendedorismo, o presente estudo segue com apresentação da figura do Microempreendedor Individual e qual a sua relevância para a sociedade em que está inserida.

3 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A possibilidade de registro como MEI teve início em julho de 2009. Desde essa data o crescimento do número de pessoas que se registram tem aumentado em valores consideráveis. Em abril de 2012, segundo dados do SEBRAE o número de cadastrados como MEI chegou a 2.056.015 milhões, são cerca de 80 mil novos empreendedores por mês. Segundo esses dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012), Santa Catarina aparece em 9º lugar na participação estadual no MEI, com 3,3 %. O Estado com maior percentual de participação é São Paulo, que aparece em 1º lugar, com 23,7%. Dados apresentados no SEBRAE trazem os setores de atuação e as suas participações. O comércio aparece em 1º lugar com 39%, em 2º lugar aparecem os serviços com 36%, em seguida aparece a indústria com 17% e a construção civil com 8%, (SEBRAE, 2012).

Hoje, o MEI abrange aproximadamente 400 categorias diferentes, como, artesão, cabeleireiro, pedreiro, carpinteiro e pipoqueiro. Mas, antes de tudo, o empreendedor precisa saber se seu negócio é viável, realizar uma pesquisa de mercado, escolher a melhor localização, analisar os concorrentes, fornecedores, consumidores e quais as reais necessidades destes. Esses dados são de suma importância para a boa elaboração de um plano de negócios, que colocará um alicerce para a instalação do mesmo.

3.1 A LEI QUE REGULAMENTA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Uma das maiores dificuldades encontrada ainda, era propiciar a essas pessoas a oportunidade de tornar seu trabalho formal, através de pouco custo e o mínimo de burocracia possível. Dessa forma, foi aprovada a LC nº. 128/2008, que regulamenta a figura dos Microempreendedores Individuais. Em uma pesquisa realizada em 2012 SEBRAE, desde a formalização do MEI, que teve início em julho de 2009, até março de 2012 cerca de 2,1 milhões de pessoas já se formalizaram, e, se continuar nesse ritmo, até dezembro de 2012 o número passaria a ser de 2,8 milhões. Em dados lançados recentemente pelo Portal do Empreendedor (2013), até 31 de maio de 2013 já se chegou ao número de 3.065.628 pessoas optantes pelo MEI. Na cidade de Araranguá, o SEBRAE, estima que aproximadamente 30 pessoas realizem o registro mensalmente.

Para se ter um melhor entendimento do estudo em questão, traz-se o que a legislação apresenta sobre o conceito de empresário. Segundo o Código Civil (CC/2002) considera empresário o indivíduo que realizar atividades econômicas por meio de produção ou circulação de bens ou de serviços. De acordo com a LC nº. 128/2008, Art. 18-A, poderá se realizar o registro como Microempreendedor Individual o trabalhador informal que cumprir as seguintes exigências para a sua legalização:

- a) Contabilizar uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- b) Seja optante pelo Simples Nacional e Exercer atividades que estão dispostas nos anexos I, II e III do Simples Nacional, assim como as atividades autorizadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN);
- c) Possuir estabelecimento único, sem filiais;
- d) Não ser sócio, titular ou administrador de outra empresa;
- e) Ter somente um empregado registrado que receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional;
- f) Estar em condições de optar pelo Simples Nacional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com foco principalmente nos objetivos relacionados a este estudo, a pesquisa caracteriza-se como Exploratória e Descritiva. A pesquisa exploratória se caracteriza pela busca do pesquisador em conhecer e justamente explorar o assunto, mesmo sendo pouco conhecido. E a pesquisa descritiva é definida por Gil (2002, p. 42), como “[...] a descrição

das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Quanto aos meios de investigação, desenvolveu-se o referencial teórico do trabalho, realizando uma pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 71), a pesquisa bibliográfica, “[...] é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Utilizou-se como base a LC nº. 128/2008, que institui a figura do Microempreendedor Individual. Por ser um assunto recente, não foram localizados livros que estudem o tema em profundidade, utilizando-se principalmente materiais desenvolvidos para a divulgação do MEI, assim como, artigos e textos publicados na Internet e *sites* de entidades de classe e governamentais para complementar o estudo. Foi utilizada também a técnica por meio de narrativa, principalmente por meio da pesquisa realizada diretamente com os MEI’s.

A pesquisa foi realizada com os microempreendedores de Araranguá por intermédio da Instituição de Crédito Solidário (CREDISOL). Os clientes foram selecionados de forma aleatória, a pesquisadora entrou em contato com MEI’s por telefone e aplicou a pesquisa. A base de dados registrados como MEI, disponibilizada pela CREDISOL, é de 127 clientes, segundo o cálculo amostral, com erro de 5% e nível de confiança de 95%, a pesquisa deveria ser realizada com uma amostra de 90 pessoas, sendo que a instituição liberou a aplicação da pesquisa a 40 clientes. A instituição autorizou a realização da pesquisa somente com esse número de MEI’s, devido à ocorrência de reclamações de clientes em pesquisas realizadas anteriormente. A pesquisa realizada é não probabilística.

Em relação ao presente estudo, os dados da pesquisa serão primários, no qual os dados são compilados pelo próprio pesquisador e a técnica de coleta de dados será a aplicação de questionário aos MEI’s, já que é uma das formas exatas de se chegar ao objetivo do estudo - antes trabalhadores autônomos ou informais - hoje microempreendedores individuais amparados pela legalização. Para análise dos dados obtidos foi feita a abordagem quantitativa que além de apresentar as interpretações e conclusões obtidas, apresenta a possibilidade de elaboração de gráficos e tabelas de percentuais, e, a abordagem qualitativa que colhe as informações mais importantes destacadas na pesquisa.

4 ESTUDO DE CASO: REGULARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES INFORMAIS NA CIDADE DE ARARANGUÁ

Com a criação da figura do MEI, com as mudanças do mercado em geral, chegou-se ao desejo e interesse do presente estudo, que visa à obtenção de aspectos relevantes da legalização dos microempreendedores individuais e benefícios que essa nova oportunidade de inserção no mercado trouxe ao município de Araranguá.

4.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E REGIONAL DE ARARANGUÁ

Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade de Araranguá era de 61.310 pessoas, estimando-se que em 2013 o número de pessoas chegue a 64.405. Ainda segundo o Censo, 30.138 pessoas eram do sexo masculino e 31.172 pessoas do sexo feminino, a renda per capita mensal das famílias dos domicílios particulares permanentes da área rural era de R\$ 525,00 e da área urbana R\$ 630,00. Com relação ao número de empresas na cidade o Censo de 2011 indicava que a quantidade de unidades locais era de 2.633 e atuantes de 2.519, o pessoal ocupado no total era de 16.281 pessoas e assalariadas somavam 13.189.

A cidade de Araranguá é movimentada economicamente por pequenas empresas, como lojas de roupas, por exemplo, também, por algumas indústrias que estão inseridas no município, e, por prestadoras de serviços. O acumulado de Microempreendedores Individuais registrados até 30 de agosto de 2013 era de 1.137 registros (Segundo estatísticas do Portal do Empreendedor). Hoje, o MEI abrange aproximadamente 400 categorias diferentes, como, artesão, cabeleireiro, pedreiro, carpinteiro e pipoqueiro. Em Araranguá as atividades que se destacam em número de registros são as atividades de Comércio Varejista de roupas que aparece disparadamente com 145 registros no acumulado, de Cabeleireiros e outras atividades de beleza e que somam 87 registros, em seguida aparecem os serviços de Bares e lanchonetes com 86 registros, e ainda, os serviços de confecção e facção de roupas que somadas são 86 novos registros.

4.2 DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E DA CIDADE

O registro como Microempreendedor Individual, além de trazer benefícios para as pessoas que se registram, dando a elas direitos que com a informalidade não são alcançados, como os direitos previdenciários, traz muitos benefícios para a sociedade em que estão inseridas e para a economia em geral. A cidade de Araranguá especificamente por ser movida

por pequenas empresas que não comportam muito mais que 2 a 4 funcionários, segundo informações do IBGE (2012), e por ter uma área rural, está sendo muito beneficiada com o registro e a geração de renda desses novos empreendedores, além de movimentar a economia da cidade, os MEI's recolhem tributos que geram receita para o município, geram novos empregos e trazem novos negócios para a cidade. Essa afirmação é baseada principalmente em depoimentos colhidos dos próprios MEI's, que contam suas histórias de sucesso e como o registro trouxe muitos benefícios.

4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente são apresentados os dados referentes ao perfil dos MEI's da cidade de Araranguá. Com relação ao Sexo dos MEI's entrevistados, um número expressivo foi em relação ao sexo feminino que aparece com 75,0% e os homens em 25,0% dos entrevistados. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no mundo mulheres e crianças são consideradas minorias e estão entre os mais pobres. Por isto tem inúmeras ações internacionais para favorecer a geração de renda para as mulheres. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, entre estas ações estão os objetivos do milênio estabelecidos pelo Banco Mundial. No caso do Brasil, aumentou o número de mulheres “chefes de família”, então esta formalização como empresária atinge os objetivos de redução da pobreza para mulheres e crianças, uma vez que as mesmas vão poder melhorar as condições de vida, educação e o futuro dos filhos, ou seja, a próxima geração. Além disso, os dados vêm ao encontro dos dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, onde foi demonstrado que em 10 anos o nível de instrução das mulheres continuou mais elevado que o dos homens. O Censo apontou que as mulheres de 10 anos ou mais de idade passou de 35,4% para 43,9% de 2000 para 2010, enquanto o dos homens foi de 61,1% para 63,3%. Na faixa etária de 25 anos ou mais, o percentual de homens com pelo menos o nível de graduação completo foi de 11,5%, e das mulheres, de 19,2%.

Quanto a faixa etária e ao nível de escolaridade, os dados apurados pela pesquisa demonstram que os MEI's de Araranguá estão praticamente concentrados entre os 31 a 40 anos com 52,50% dos entrevistados, em seguida aparecem os que estão entre 21 a 30 anos e entre 41 à 50 anos com 22,50% dos entrevistados, depois aparecem os que estão de 51 anos com 2,50% dos entrevistados. Nenhum deles apresentou menos que 20 anos. Analisando-se os dados pode-se constatar que os microempreendedores de Araranguá são de meia idade, que

buscam novas alternativas para se obter renda. Quanto a escolaridade, pode-se perceber que a maioria dos entrevistados concluiu o ensino médio com 57,5% dos microempreendedores, em seguida aparecem aqueles que concluíram somente o ensino fundamental com 25,0% dos entrevistados, logo após aparecem aqueles que estão cursando o ensino superior e aqueles que já concluíram com 7,5%. Por último aparecem aqueles que estão cursando o ensino médio com 2,5%.

Em torno de 73% tem o ensino médio completo, se somados os que estão cursando ou já completaram o ensino superior. Se somados os que estão cursando o ensino médio já seriam 75%. Isto demonstra que estas pessoas são ativas, dinâmicas, estão buscando uma ascensão social e de renda. Esta atitude pode indicar que elas terão maiores probabilidades de permanecerem no mercado se receberem o devido suporte para superar as suas deficiências. Por outro lado também, tem pessoas que mesmo tendo somente o ensino fundamental (25,0%) tem condições de legalizar o seu negócio, oferecendo um serviço mais profissional, o que dá mais garantia para os clientes nos serviços prestados e na relação contratual, além de estarem cumprindo com suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Considerando a faixa etária, percebe-se que quase 80% dos entrevistados têm acima de 30 anos de idade. Isto significa que muitos deles não puderam completar seus estudos na idade equivalente. Portanto, são pessoas que estão buscando superar as suas deficiências de aprendizagem do passado, muitas vezes limitadas pela falta de oportunidade naquele momento, entrando como empreendedoras, oferecendo empregos e qualificando os serviços oferecidos para a sociedade. Isto tem impacto positivo na elevação da renda agregada do país e na mudança das condições sociais. Quebra o paradigma de que as pessoas, depois de adultas, são difíceis de mudar, e que por isto deve-se investir somente nas futuras gerações, o que leva tempo. Este pensamento é contrário ao empreendedorismo e à capacidade das pessoas de se superarem quando são oferecidas oportunidades.

Em relação à moradia, chegou-se aos seguintes números, a maioria dos MEI's da cidade de Araranguá está concentrada em área urbana com 82,5% dos entrevistados e que somente 17,5% estão localizados em área rural. As pessoas que moram em área rural realizam atividades como venda de roupas e facção para outras empresas. Apesar de não ser um número tão expressivo, essas pessoas que empreenderam em meio rural contrariam o que a sociedade vem falando, da dificuldade de obter renda a não ser pela agricultura que depende das intempéries climáticas e que muitas vezes não é suficiente para se ter uma vida

confortável. Ao contrário, essas pessoas buscaram novas fontes de renda sem ter que sair do meio rural e irem para as cidades. Percebe-se que o que falta na verdade é maior incentivo ao empreendedorismo rural, aproveitando as potencialidades e tendências locais, para levar essas pessoas a permanecerem no campo sendo produtivas e gerando renda através de atividades que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Perguntou-se aos MEI's como ficaram sabendo da possibilidade de registrar a empresa, a maioria dos trabalhadores ficou sabendo do MEI através da indicação de alguém, sendo citado em 35% das entrevistas, em seguida aparecem aqueles que ficaram sabendo através da televisão e aqueles que souberam por outros meios. Logo após aparecem aqueles que ficaram sabendo através da internet com 12,5%, depois aqueles que souberam da existência do MEI através dos jornais e, por último, aqueles que souberam por intermédio do SEBRAE com 2,5% dos entrevistados.

O modo como essas pessoas ficaram sabendo do registro pode ser agrupado de três modos:

- Aqueles que receberam de forma verbal (indicação de alguém e de programas oficiais do governo vinculadas na televisão). Estas são as formas mais tradicionais de comunicação para o grupo que está fora da escola, sem vínculo com qualquer instituição, também sem a tradição de ter estes vínculos, e pela baixa escolaridade. Isto soma 55%. Do ponto de vista da formação de novos empreendedores isto é muito significativo. Também do ponto de vista social, pois estas pessoas estão mesmo mudando as suas posições nos níveis de inserção social e de renda.
- O outro grupo é aquele que já é mais informado, que já lê mais e está buscando novas opções para fazer seus investimentos, ou a opção de deixar o emprego para se tornar empresário, ter um negócio próprio. Estes já estão no mercado e normalmente tem mais escolaridade, tem o hábito de ler e se informar de forma independente. Este número é 22,5% (jornais e internet).
- Por fim, tem-se o grupo daqueles que conseguiram chegar aos órgãos de apoio, talvez por já terem um negócio anteriormente ou por quererem mudar de ramo. Este grupo também soma 22,5% e SEBRAE. Estes órgãos estatais ou de fomento deveriam estar chegando exatamente nos 55% (indicação de alguém e de programas oficiais do governo vinculadas na televisão) que buscaram porque ouviram por outros ou pela TV. Pois esta é a característica do programa MEI: inserir novos empreendedores

individuais que não tenham acesso à informação e por isto precisam do apoio do governo e destas instituições. Senão o programa vai acabar se desvirtuando, sendo direcionado para pessoas que só querem reduzir o pagamento de impostos e não cumprira assim o objetivo de realizar o desenvolvimento social e formar novos empreendedores.

Com base nos dados obtidos na pesquisa pode-se perceber que o Ramo de atividade que mais se destaca são as atividades relacionadas aos Serviços com 50% dos entrevistados, em seguida e bem próximos do resultado aparecem as atividades relacionadas ao Comércio com 42,5% dos entrevistados, e finalmente, aparece o ramo de Produção com 7, 5%. Entre as atividades que se enquadram como serviço, as mais citadas foram às ligadas à beleza, como salões e estéticas; facções e confecções de roupas; mecânica e construção civil. As atividades mais citadas que se enquadram no ramo do comércio foram às vendas de roupas e acessórios e a venda de doces e salgados. Enfim, as atividades que mais foram apresentadas no ramo de produção, foram a fabricação de doces e pães, bijuterias e comida (marmitex para entrega).

Quanto aos benefícios da legalização, os MEI's destacaram os principais, sendo eles a possibilidade de cobertura dos direitos previdenciários que foi citado em 35% das entrevistas. Em segundo lugar aparecem os empréstimos e financiamentos mais acessíveis com 25%, em seguida aparece a questão da baixa burocracia e facilidade na formalização com 17,5%. A possibilidade de emissão de nota fiscal aparece com 12,5% e a redução dos impostos exigidos aparece com 10%. Interessante notar que a possibilidade de redução de impostas é o fator que menos atrai este grupo de entrevistados para o MEI. Baseando-se nesta informação pode-se aferir que de fato estas pessoas estão dentro do público alvo que o programa pretende alcançar, ou seja, aqueles que estavam atuando de forma informal ou estavam fora do mercado. Pode-se perceber que se somando os que escolheram a opção dos direitos previdenciários e os empréstimos e financiamentos mais acessíveis somam 60% dos entrevistados, mostrando que o que realmente esses empreendedores mais buscam é a segurança, pela questão de ter todos os direitos previdenciários e que também buscam uma forma de investir no seu negócio. Associando-se a isso, os MEI's que já trabalhavam na mesma atividade de maneira informal somam 85% dos entrevistados.

Os números apresentados sugerem que na maioria dos casos os Microempreendedores já trabalhavam na mesma atividade antes de se formalizar, somando os que trabalhavam de maneira informal e os que trabalhavam como empregado tem-se o total de 92,5%, sendo este um número altamente expressivo. Fazendo uma análise mais profunda, juntando esses dados, pode-se então concluir que o que realmente essas pessoas buscam com a formalização são os seus direitos, antes ocultos pela informalidade. E mais ainda, verifica-se com estes resultados que a maioria delas não começou a exercer suas atividades como MEI's sem conhecer o negócio que iria ser montado. Pode-se dizer que a maioria só empreendeu por saber onde estavam pisando. Esta informação é muito importante, já que muito se fala que as pessoas têm “mania de empreender” sem ao menos saber no que estão investindo.

E finalmente, quanto à gestão do empreendimento, os dados obtidos sugerem que 65% dos entrevistados realizam algum tipo de gestão ou controle dos seus negócios e 35% deles não fazem nenhum tipo de controle. Das pessoas que disseram que fazem algum tipo de controle, a maioria, 16 pessoas das 26 que disseram que sim, citou o caderno, livro-caixa como meio de controle do que tem a entrar, do que se tem a pagar, estoque, entre outros. Oito pessoas informaram que utilizam planilhas em computadores e apenas duas informaram que possuem um sistema próprio para controle. O que se pode perceber é que esse número é bastante expressivo, pois 65% deles fazem controle, seja em uma caderneta ou em um sistema, eles fazem a gestão dos negócios, estando cientes e tendo domínio da atividade que realizam. Por outro lado, com o aprofundamento da entrevista, essas pessoas que disseram não fazer nenhum tipo de controle, citaram como causadores disso, a pouca informação e a falta de tempo. Em algumas se sentiu a falta de vontade para estar elaborando alguma forma de controle, mas na maioria o que se pode perceber de fato é que falta orientação.

Quanto a treinamentos e cursos, 82,5% das pessoas entrevistadas nunca realizaram nenhum tipo de treinamento referente à gestão de negócios, e apenas 17,5% realizaram. Analisando esses dados, pode-se perceber que mesmo essas pessoas não realizando nenhum tipo de treinamento, curso ou afins sobre gestão, 65% delas fazem esse controle, isso demonstra o empenho e a busca dessas pessoas na melhor forma de administrar seu empreendimento. Das pessoas que informaram que já realizaram algum tipo de gestão, três já concluíram o nível superior, dessas 3, 2 fizeram curso de Ciências Contábeis e 1 de farmácia, ambos citaram seus respectivos cursos como conhecimento da gestão. As outras 4 pessoas informaram já terem realizado cursos em gestão de finanças, sobre controle de

estoque e sobre vendas, e foi de onde retiraram esse conhecimento. Os dados ainda demonstram que 77,5% dos MEI's entrevistados gostariam de realizar algum tipo de treinamento sobre gestão e que 22,5% não gostariam. Dos que responderam que gostaria, o treinamento que mais foi citado pelos mesmos foi sobre finanças. A maioria dessas pessoas diz sentir falta de orientações sobre como lidar com as finanças. Outra área que também foi citada foi a questão do preço de venda e a margem de contribuição, muitos gostariam de saber como deve ser elaborado o preço de venda.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos dados obtidos com a pesquisa realizada, juntamente com as informações coletadas ao longo deste estudo, faz-se então, a discussão dos resultados confrontados com a fundamentação teórica. Partindo-se do início, pode-se perceber que confrontando-se esses dados, em relação ao perfil dos MEI's da cidade de Araranguá e as informações alcançadas com a pesquisa realizada pelo SEBRAE (pesquisa realizada em 2012, com microempreendedores do Brasil), alguns itens aparecem diferenciados, como o Sexo dos entrevistados, na pesquisa realizada para este estudo as mulheres apareceram como maioria (75,0%), já a pesquisa realizada pelo SEBRAE, a maioria eram homens (54,0%). A faixa etária de maior concentração dos MEI's de Araranguá ficou entre os que têm de 31 à 40 anos (52,50%), item também de maior concentração na pesquisa feita pelo SEBRAE (33,0%).

Somente com esses dados já se pode entender que as pessoas que buscaram o registro, são as pessoas que estão na média idade, considerada produtiva para o mercado de trabalho. Pessoas que de alguma forma já tem experiência de vida e de algum tipo de trabalho e que, de acordo com o estudo, estão em busca de nova fonte de obtenção de renda. Sobre o perfil ainda percebe-se que o nível de escolaridade dos MEI's da cidade de Araranguá e os dados obtidos na pesquisa do SEBRAE, são de 57,5% e 48,5% respectivamente, dos que concluíram o ensino médio. Esse dado deve ser considerado de extrema importância, demonstrando que a maioria dessas pessoas não realizou nenhum tipo de especialização, estão na atividade porque gostam, por ser passado de geração em geração ou porque conheceram de certa forma e começaram a trabalhar, percebendo então uma oportunidade de obtenção de renda, e que a falta de formação não os impediu de empreender, fazendo-os assim, buscar a formalização.

Quanto ao objetivo geral deste estudo, os aspectos relevantes da formalização destes trabalhadores, os benefícios da legalização, pode-se perceber que os resultados foram notáveis, e que o que foi a base da busca dessas pessoas para o registro, foi o direito à previdência social (35%), que os faz sentir mais seguros, de acordo com a Lei Complementar 128/2008. Um estudo realizado por um acadêmico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) para a obtenção do título de sobre os MEI's na cidade de Criciúma,

Outra forma de benefício demonstrada por essas pessoas foi em relação à procura por empréstimos e algum tipo de financiamento, que com o registro ficou muito mais fácil, e que os próprios órgãos do governo tem dado apoio financeiro a essas pessoas, como o Programa Juro Zero. Acima de tudo, a legalização dessas pessoas, trouxe mais tranquilidade e abriu novas portas para negociações com outras empresas, aumentando o faturamento, aumentando as vendas e abrindo novos caminhos. Essas pessoas encontraram no MEI, uma fonte de segurança e obtenção de renda naquilo que gostam e sabem fazer.

6. CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo pode-se perceber e entender acima de tudo, que a cada dia que passa, mais as pessoas estão buscando novas formas de sobrevivência, sem depender de terceiros. E, mais ainda, que essas pessoas não se deixaram acomodar, foram em busca de alternativas para suprir as suas necessidades. A aplicação do questionário em forma de entrevista pode dar um melhor entendimento e acaba tornando o contato mais próximo dos MEI's, podendo dessa forma compreender de forma mais clara o que os levou a empreender e, principalmente, se legalizar. O estudo realizado deixou claro que no mundo em que se vive hoje, precisa-se de novas formas de manter a economia ativa, não dependendo apenas de grandes empresas, indústrias, entre outros.

Os Microempreendedores mostram que podem fazer a diferença, dar um suporte maior à sociedade, seja por contribuir com a economia do país ou pela parte social que realizam em seu entorno. Os MEI's estão fazendo, o que grandes organizações não fariam, prestando serviços como, entrega de produtos a domicilio, realizando serviços residenciais, costurando em casa para outras pessoas, e, dessa forma contribuindo para uma vida melhor das pessoas que estão em seu meio.

A pesquisa realizada mostrou ainda que o principal motivo que leva as pessoas a se registrarem é a previdência social, uma forma de eles estarem seguros, tendo todos os direitos preservados, como auxílio doença ou maternidade, por exemplo, mostrando assim a preocupação dessas pessoas com o futuro, e ainda mais, contribuindo com o país. Com o trabalho realizado, pode-se concluir que os MEI's estão entrando na sociedade para dar uma lição de empreendedorismo a muitos, que estão sempre reclamando que não podem melhorar de vida, que nada no Brasil dá certo, que o governo não está aí para nada. A realização da pesquisa forneceu total suporte para que se entenda que essas pessoas estão provando que é possível sim empreender no Brasil, e que a legalização, sem custo monetário nenhum, veio para ajudar a todos que querem montar seu próprio negócio Basta querer.

7. REFERÊNCIAS

BARON, Robert A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson, 2007. 443 p.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>> Acesso em 25 de agosto de 2012.

DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo, uma forma de ser: saiba o que são empreendedores individuais e coletivos**. Brasília, DF: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003. 146 p.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 183 p.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Economia Informal: Aspectos conceituais e teóricos**. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>> Acesso em 26 de maio de 2013.

SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor individual 2012**. In FENACON; FE Brasília, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Natália M. ANACLETO, Mônica de O. MORATO, Randy S. A abertura da economia brasileira nos anos 1990 e seus impactos no direito fundamental ao trabalho e na demografia: o caso da cidade de Criciúma, Santa Catarina. In: IX Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** elaboração e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ONU, Organização das Nações Unidas. **A ONU e as Mulheres.** Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>> Acesso em 20 de outubro de 2013.

Portal do Microempreendedor Individual. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.php>> Acesso em 16 de Setembro de 2013.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em < <http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.